

**PROPAGANDAS GOVERNAMENTAIS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO  
MIDIÁTICO PARA ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

***PROPAGANDAS GUBERNAMENTALES: UN ANÁLISIS DEL DISCURSO  
MIDIÁTICO PARA ACCESO A LA ENSEÑANZA SUPERIOR***

***GOVERNMENTAL ADVERTISEMENTS: AN ANALYSIS OF THE MEDIA  
DISCOURSE FOR HIGHER EDUCATION ACCESS***

Gerson Tavares do CARMO<sup>1</sup>  
Elane Kreile MANHÃES<sup>2</sup>  
Gláucio Roberto Bernardo de CARA<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva analisar, com base em pressupostos da Análise do Discurso de Linha Francesa, duas peças midiáticas elaboradas com o aval do Ministério da Educação em dois contextos presidenciais diferentes. Ambas as propagandas convocam jovens, no momento pós-ENEM, a ingressarem em instituições de Ensino Superior, por meio dos diversos programas e políticas públicas proporcionados pelo Governo Federal. Assim, foi possível evidenciar a tessitura da situação de enunciação nos objetos midiáticos, sobretudo em correlação com o contexto sociopolítico. Observa-se que os elementos verbais e não-verbais utilizados nos objetos de análise se entrecruzam na produção de sentidos e vão além da simples persuasão do público-alvo a pleitear a vaga na instituição de Ensino Superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ações governamentais. Análise do discurso. Ensino superior. Propaganda.

**RESUMEN:** Este artículo objetiva analizar, con base en supuestos del Análisis del Discurso de Línea Francesa, dos piezas mediáticas elaboradas con el aval del Ministerio de Educación en dos contextos presidenciales diferentes. Ambas propagandas convocan a jóvenes, en el momento post-ENEM, a ingresar en instituciones de Enseñanza Superior, a través de los diversos programas y políticas públicas proporcionados por el Gobierno Federal. Así, fue posible evidenciar la tesitura de la situación de enunciaci3n en los objetos mediáticos, sobre todo en correlaci3n con el contexto sociopolítico. Se observa que los elementos verbales y no verbales utilizados en los objetos de análisis se entrecruzan en la producci3n de sentidos y van más allá de la simple persuasi3n del público objetivo a pleitear la vacante en la instituci3n de Enseñanza Superior.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil. Professor associado do programa de pós-graduaç3o em Cogniç3o e Linguagem – PPGCL, Centro de Ciências do Homem - CCH. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-2142-0229>>. E-mail: gtavares33@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil. Doutoranda do programa de pós-graduaç3o em Cogniç3o e Linguagem – PPGCL, Centro de Ciências do Homem - CCH. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-2182-9892>>. E-mail: ekreilem@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil. Mestrando do programa de pós-graduaç3o em Cogniç3o e Linguagem – PPGCL, Centro de Ciências do Homem - CCH. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0001-7244-5859>>. E-mail: glauciorbc@gmail.com.

**PALABRAS CLAVE:** *Acciones gubernamentales. Análisis del discurso. Enseñanza superior. Propaganda.*

**ABSTRACT:** *This paper aims at analyzing, based upon French Discourse Analysis, two media videos made with official endorsement of the Ministry of Education in two different presidential contexts. Both propagandas call young people, at the post-ENEM moment, to enter Higher Education institutions through major federal government programs and public policies. Thus, it was possible to evidence the composition of the enunciation in the media objects, especially in correlation with the socio-political context. It is observed that verbal and non-verbal elements utilized in the analyzed objects intersect in the production of meanings and go beyond the mere persuasion of the target public to claim for a space in a Higher Education institution.*

**KEYWORDS:** *Governmental actions. Discourse analysis. Higher education. Advertisement.*

## Considerações iniciais

Em decorrência da expansão e democratização do acesso das camadas populares ao ensino superior, o número de matrículas em cursos de graduação no Brasil aumentou significativamente. Segundo dados divulgados pelo INEP em 2011, o número de ingressos aumentou em 110,1% na última década em relação à anterior, totalizando mais de seis milhões de estudantes matriculados no ensino superior em todo o país, chegando a totalizar, de acordo com o resumo técnico do INEP, em 2015, mais de 8 milhões de matrículas.

Em resposta à crescente demanda, as esferas governamentais, principalmente em nível federal, a partir da década de 90, sobretudo no século XX, vêm implementando programas e políticas públicas, inclusive de natureza afirmativa<sup>4</sup>, de modo a expandir o acesso às instituições públicas e privadas de Ensino Superior, bem como a possibilitar a equidade e igualdade de oportunidades. De acordo com João Feres Júnior (2006), um dos argumentos de justificação<sup>5</sup> para a adoção de Políticas de Ações Afirmativas se pauta na compensação de perdas provocadas pela discriminação e marginalização das camadas populares e de grupos historicamente desfavorecidos, visto que as condições de ordem econômica e social, colocadas anteriormente no país, não demonstravam uma preocupação com uma possibilidade de equalização do acesso a programas e políticas públicas pela população de um modo geral.

<sup>4</sup> Consonante Joaquim Benedito Barbosa Gomes (2007), podem ser definidas, como Políticas de Ação Afirmativa, as políticas públicas e privadas orientadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material, bem como à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de aparência física.

<sup>5</sup> Para Feres Júnior (2007), os argumentos de justiça mais empregados na justificação pública das Políticas de Ação Afirmativa compõem-se pela tríade: reparação histórica, justiça social e justiça cultural ou afirmação de identidade.

Na esfera federal, dentre as demarcações históricas que asseguraram igualdade de oportunidade na oferta de vagas, destaca-se a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998. A partir do resultado obtido em tal avaliação, os estudantes podem concorrer a processos de distribuições de bolsas de estudo integral ou parcial em instituições privadas por meio do Programa Universidade Para Todos (Prouni), criado em 2004, e de vagas em instituições públicas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2010, ambos pelo governo federal.

Além dessas opções de acesso, o governo federal dispõe ainda do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de graduação matriculados em cursos superiores não gratuitos, na forma da Lei n. 10.260, de 2001.

É importante ressaltar que, à medida que essas e outras políticas foram se desenvolvendo, a inserção de legislação de cotas para reserva de vagas para grupos específicos e carentes na forma da lei, quais sejam negros, índios, pessoas com deficiência, estudantes da rede pública, em cursos de nível superior foi uma das maiores declarações de interesse público para a equidade no acesso ao ensino superior. Mesmo que sejam alvos de críticas diversas, principalmente pelo entendimento de uma segunda discriminação, as políticas de inclusão apresentam-se como as maiores responsáveis pelo aumento de integrantes desses grupos nos cursos de nível superior.

A partir desse contexto, o presente artigo consiste na análise, sob a égide de alguns pressupostos do campo da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), de duas peças midiáticas produzidas com o aval do Ministério da Educação, as quais constituem o *corpus* deste trabalho. Uma das peças foi produzida em 2015 e a outra em 2018 com o objetivo de convocar jovens, no momento pós-ENEM, a ingressarem em instituições públicas ou privadas de Ensino superior, por meio dos diferentes programas e políticas públicas proporcionados pelo Governo Federal.

### **Políticas públicas e ações afirmativas direcionadas ao acesso ao ensino superior**

Ao se analisar o percurso histórico do desenvolvimento e da expansão da Educação Superior no Brasil até o final do século XIX, verifica-se que o acesso a esse nível de ensino era compreendido, tradicionalmente, como privilégio de poucos pertencentes às classes de maior poder aquisitivo, haja vistas que as condições de ordem econômica e social, politicamente

impostas no país naquela época, não proporcionavam igualdade de oportunidades de acesso para integrantes de camadas populares e de grupos historicamente desfavorecidos. Assim, as diversas reivindicações públicas desses grupos demandaram o desenvolvimento, por parte do Governo Federal, de políticas públicas visando à democratização da distribuição da oferta e equidade de vagas no Ensino Superior.

Destarte, esta seção propõe-se a elencar e tecer breves explicações concernentes à constituição de tais políticas e ao atendimento por elas viabilizado, de modo a proporcionar a ampliação de vagas no Ensino Superior, bem como a inserção das camadas populares nesse nível de educação.

### **As políticas de acesso ao Ensino Superior no Brasil**

A educação, no Brasil, encontra-se desde a sua essência permeada por elementos que expressam a gama de desigualdades existentes nos âmbitos social, econômico, cultural, além de outros, próprios do processo de formação do país. Em se tratando de educação superior, a questão é mais profunda, a qual começou a se reconfigurar bem recentemente, mediante a concretização de políticas, cujo delineamento e execução ganharam maior visibilidade a partir das reformas da década de 90.

Mediante o entendimento da formação superior como um caminho à obtenção da ascensão econômica e social, a demanda por vagas nessa instância, na educação brasileira, vem sendo exigida, impulsionando o Governo Federal a desenvolver mecanismos que atendam tal expectativa. Nessa vertente, nos últimos anos, um conjunto de ações tem sido elaborado visando à sua democratização, como exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Conforme informações sobre o ENEM (2018a), disponibilizadas no portal do INEP, tal exame, instituído pela Portaria n. 438, de 28 de maio de 1998, e novamente instituído pela Portaria n. 807, de 18 de junho de 2010, atualmente, tem como principal finalidade a avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao final do Ensino Médio. A avaliação possibilita a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, visando à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; permite a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio; viabiliza o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira; além de poder ser usado como mecanismo único,

alternativo ou complementar para acesso aos cursos de nível superior ofertados em instituições públicas e privadas brasileiras e portuguesas.

Na avaliação, as questões contemplam as áreas de Linguagens, códigos e suas tecnologias (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira, sendo esta Inglês ou Espanhol, Artes, Educação Física, e Tecnologias da Informação e Comunicação); Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias (Química, Física e Biologia); e Ciências Humanas e suas tecnologias (Geografia, História, Filosofia e Sociologia).

Como política pública, utilizando-se do resultado obtido na avaliação do ENEM, os estudantes concorrem às vagas de processos seletivos, principalmente de instituições federais, por meio do SISU e a bolsas de estudos por meio do Prouni. Além disso, eles podem também recorrer ao FIES, dentre outros apoios de assistência estudantil.

O SISU, instituído pela portaria normativa MEC n. 2, de 26 de janeiro de 2010, e regulamentado pela portaria normativa n. 21, de 5 de novembro de 2012, é um sistema informatizado gerenciado pela secretaria de educação superior do ministério da educação, no qual são selecionados estudantes para vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem. (BRASIL, 2018f)

Ao efetuar a inscrição no SISU, o candidato pode escolher, por ordem de preferência, até duas opções de cursos entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes. Ao concluir a etapa de inscrição, o sistema seleciona automaticamente os candidatos mais bem classificados em cada curso, de acordo com suas notas obtidas no ENEM e eventuais ponderações (pesos atribuídos às notas ou bônus), visto que o quantitativo de vagas não atende à demanda de acesso ao Ensino Superior. Após a chamada regular, o sistema do processo seletivo, disponibiliza às instituições participantes do programa uma lista de espera a ser utilizada prioritariamente para preenchimento das vagas eventualmente não ocupadas.

Em se tratando do Prouni, bem como é feito no SISU, o programa conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência ao processo. No entanto, a distribuição das vagas ocorre pela concessão de bolsas de estudo em instituições privadas. Tais bolsas podem ser adquiridas de modo integral (100% do valor da mensalidade) ou parcial (a partir de 50% do valor da mensalidade) em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Podem participar do processo estudantes egressos do ensino médio tanto da rede pública quanto da rede particular na condição de bolsistas integrais. Como critério de participação, considera-se a renda familiar *per capita*, não podendo exceder o valor de três salários mínimos. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096,

de 13 de janeiro de 2005, o Prouni oferece, em contrapartida, isenção de tributos às aquelas instituições que aderem ao Programa (BRASIL, 2018b).

Já o FIES, criado pela Lei nº. 10.260, em 12 de julho de 2001, trata-se de uma ação do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos. O programa destina-se a estudantes com renda familiar per capita de até três salários mínimos. Durante o curso, o estudante financiado deve pagar mensalmente o valor da coparticipação, que corresponde à parcela dos encargos educacionais não financiada, diretamente ao agente financeiro. O programa vai ao encontro do Prouni na medida em que também possibilita ao bolsista parcial o financiamento de parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa (BRASIL, 2018b; BRASIL, 2018d).

O percentual de financiamento do valor do curso é definido de acordo com o comprometimento da renda familiar mensal bruta per capita e o encargo educacional cobrado pela instituição de ensino superior (IES). Após a conclusão do curso, o estudante realiza a amortização do saldo devedor do financiamento de acordo com a sua realidade financeira, ou seja, a parcela da amortização é variável de acordo com a renda e, nos casos de o estudante não tê-la, fica devido apenas o pagamento mínimo mensal conforme descrição de um cálculo contido no regulamento (BRASIL, 2018c; BRASIL, 2018d).

### **Ações afirmativas de acesso ao Ensino Superior no âmbito federal**

No âmbito federal, a política de cotas, lei n. 12.711, de 2012, implementa a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio de instituições públicas de ensino, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Deste percentual, metade das matrículas deve-se destinar a estudantes cuja renda familiar bruta seja igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para integrantes de família com renda superior a um salário mínimo e meio.

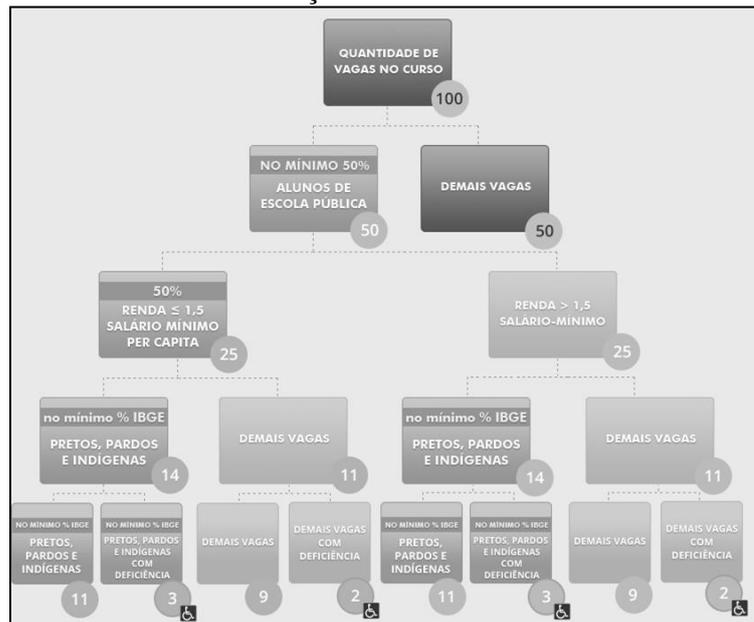
A lei estabelece ainda que, conforme proporção<sup>6</sup> ao percentual correspondente por estado no qual se situa a instituição, sejam reservadas matrículas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como para pessoas com deficiência<sup>7</sup>. Ressalta-se que, como critério de seleção, utiliza-se o resultado obtido nos exames classificatórios, sobretudo no ENEM.

<sup>6</sup> Tal quantitativo deve acompanhar os números apresentados no último censo demográfico divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

<sup>7</sup> Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016.

Para melhor compreensão do procedimento da distribuição do número de vagas, destaca-se, na figura 1, um organograma disponível no portal do Ministério da Educação (MEC) em que se apresenta um exemplo de cálculo do número mínimo das vagas reservadas em instituições federais de ensino.

**Figura 1 - Organograma com exemplo de cálculo do número mínimo das vagas reservadas em instituições federais de ensino**



Fonte: Portal do Ministério da Educação - MEC (BRASIL, 2018c)

O Censo da Educação Superior, publicado pelo IBGE, demonstra aumento expressivo da oferta de vagas. Em um lapso temporal de 2001 a 2010, a rede federal saltou de 504.797 para 1.214.635 vagas ocupadas, enquanto as IES privadas foram de 2.091.529 para 6.075.152 matrículas (BRASIL, 2011; BRASIL, 2015).

Ainda que a oferta esteja majoritariamente concentrada em IES privadas, vale ressaltar a importância da implantação das políticas públicas de acesso, bem como da integração de ações afirmativas como forma de viabilizar igualdade e, sobretudo, equidade de oportunidades de acesso ao Ensino Superior.

### Rastros do interdiscurso presente nos vídeos

A presente seção consiste na análise de duas peças midiáticas produzidas com o aval do Ministério da Educação, no momento pós-ENEM, as quais exibem cenas convocando os jovens

a se inscreverem em iniciativas do Governo Federal para o ingresso no Ensino Superior público e privado.

A escolha dessas duas peças sinaliza o período político brasileiro no qual foram produzidas, sendo um referente ao ingresso no Ensino superior no ano de 2015, ainda no mandato presidencial de Dilma Rousseff, e a outra de 2018, produzida e divulgada no mandato do atual presidente Michel Temer. Para observar o interdiscurso de tais objetos midiáticos, foram utilizados alguns pressupostos pautados na Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), entre eles, a dêixis, a Formação Discursiva (FD) e Memória Discursiva.

Em Charadeau e Maingueneau (2002), o conceito de interdiscurso é apresentado com um sentido restritivo e outro mais amplo. Enquanto neste último, os autores se referem ao conjunto das unidades discursivas com as quais o discurso se relaciona explícita ou implicitamente; naquele sentido, os autores englobam o conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitações recíprocas uns com os outros.

No mesmo verbete, os autores observam um “primado do interdiscurso”, implicando a ideia de que uma formação discursiva (FD) produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada FD é atravessada pelo interdiscurso e em que se exclui a possibilidade de se contrastarem FD independentes umas das outras.

Assim, lidar com os funcionamentos discursivos significa ter disposição para lidar com uma engrenagem complexa. Embora o analista, ao estar diante do discurso presente no objeto de sua observação, se depare com textos cujos sentidos pareçam estar todos ditos ali e formulados naquele momento, o primado do interdiscurso ressalta a ideia de que existe um eixo de sentidos possíveis que antecede o discurso em si e o posiciona numa gama de relações entre língua, história e sujeitos que deve por ele ser investigada (MAINGUENEAU, 2005).

Aceitar uma análise discursiva de um texto é, pois, aceitar compreender o que é dito juntamente com os efeitos de sentido que emergem das condições de produção daquilo que é dito. Em outras palavras, adentrar na análise discursiva de um texto implica necessariamente entender que a discursividade que o constitui é indissociável de seus contextos linguístico, social, político e histórico.

A AD contribui, portanto, para pensar o discurso como um construto de redes interdiscursivas. Tais redes são construídas por meio de atualizações, réplicas, retomadas e deslocamentos de outros discursos já proferidos, ou seja, o discurso é atravessado e constituído por uma gama de outros discursos, o que o torna um espaço para o confronto e a sobreposição de vozes nas quais se intermedeiam “o novo e o velho, mostrando que os sentidos estão sempre

à deriva, no entanto, podem ser compreendidos porque atualizam (isto é, estabilizam/desestabilizam) a memória discursiva” (GREGOLIN, 2007, p. 164).

A partir de tais conceptualizações, é possível observar que os vídeos retomam, para representar as possibilidades de acesso ao Ensino Superior, dispostas aos candidatos após a realização do ENEM, ações que representam o sucesso. Tal como se pode observar na Figura 2, em 2015, optou-se por utilizar a metáfora das portas abertas, mostrando que o candidato tem, ao seu dispor, um caminho de opções livre para prosseguir em seus estudos até o Ensino Superior.

**Figura 2** - Opções de caminhos para o candidato acessar o Ensino Superior e prosseguir em seus estudos na peça midiática de 2015



Fonte: vídeo divulgado, em 2015, com aval do Ministério da Educação<sup>8</sup>

Já em 2018, como se observa na Figura 3, o check<sup>9</sup> revela a interdiscursividade, o já-dito, diante da ressignificação e do deslocamento de sentidos da ação que o ato de marcar um *check* representa na cena. A marcação, habitualmente usada no Brasil para determinar que uma ação foi concluída; na cena, se desloca para um lugar representativo não só de uma ação ter sido realizada com êxito, mas também de aquele jovem, naquele momento, ter tido opções para dar encaminhamentos ao seu futuro e para escolher aquela que melhor se encaixe ao perfil em que se enquadra no momento pós-Enem.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5HNqSJIZeKU>. Último acesso em: 20 mai 2018.

<sup>9</sup> *Check* é uma marca gráfica, representada pelo símbolo "✓", usada para indicar que algo foi concluído ou que, numa lista, algo foi escolhido ou considerado correto.

**Figura 3** - Opções de caminhos para o candidato acessar o Ensino Superior e prosseguir em seus estudos na peça midiática de 2018



Fonte: vídeo divulgado, em 2018, com aval do Ministério da Educação<sup>10</sup>

Apesar de se observar uma diminuição no número de opções do vídeo de 2015 para o vídeo de 2018, ambos apresentam certa consonância por trazerem intrínsecas as ideias de sucesso representadas sejam por portas abertas seja por uma marcação correta daquela opção que representaria, para aquele jovem, o caminho para o acesso ao Ensino Superior. No entanto, os vídeos apresentam certa contraposição em suas chamadas finais, pois na peça de 2015, o vídeo se aproxima de seu fechamento com a seguinte redação:

*Com o SISU, PRÓ-UNI, FIES, Ciência sem Fronteiras, SISUTEC e o Sistema de Cotas, o Governo Federal democratizou o acesso à educação no Brasil.*

Enquanto a peça de 2018 em análise traz, para seu encerramento, o seguinte texto:

*Agora que você já tem a sua nota do Enem em mãos, não perca as inscrições do SISU, do PRÓ-UNI e do FIES. É a sua chance de entrar em uma universidade pública ou particular.*

Orlandi (2001, p. 31) destaca que a memória discursiva sempre faz parte da produção de sentidos, pois integra “aquilo que fala antes, em outro lugar”. Assim, observa-se, em 2015, que o autor busca elementos de uma esfera superior (o Governo Federal), ressaltando as ações por tal esfera realizadas para que jovens das diversas camadas populacionais tenham acesso ao Ensino Superior.

Além disso, o vídeo de 2015 enumera ações outras que vão além dessa diversidade e oferecem não só possibilidade de aprofundamento de estudos, como o Ciência sem Fronteiras<sup>11</sup>, mas também oportunidade diversa de acesso a cursos pós-Ensino Médio, como o SISUTEC<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_jgbBIy2wiE](https://www.youtube.com/watch?v=_jgbBIy2wiE). Último acesso em: 25mai 2018.

<sup>11</sup> Ciência sem Fronteiras, criado em 2011 e extinto em 2017, foi um programa que buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (Fonte: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 29 maio de 2018).

<sup>12</sup> O SISUTEC, Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica, é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do ENEM.

Orlandi (2001, p. 33) revela que a historicidade também participa do movimento do interdiscurso, pois deve ser entendida como “o saber discursivo que se foi constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso)”.

É relevante observar, nesse contexto, que as políticas educacionais inclusivas se configuram como ações afirmativas, visto que se apresentam com caráter coercitivo e temporário, visam à diminuição de desigualdades sociais provocadas pela marginalização e exclusão de grupos sociais historicamente desfavorecidos, possibilitando-lhes equidade e igualdade de oportunidades de acesso. Essas ações emergem a partir do disposto no Art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988), a saber:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (...)

Indo ao encontro do que é preconizado pelo texto constitucional, conforme salienta Selma Rocha (2013), os governos Lula e Dilma trouxeram, para a pauta do desenvolvimento, a temática da justiça social com base na garantia de direitos às minorias sociais (pobres, negros, mulheres, crianças, dentre outros), o que justifica o fato de o primeiro mandato do presidente Lula ter sido caracterizado, essencialmente, pela promoção de políticas assistenciais e compensatórias, tendo como público específico os mais pobres.

Em prol de dar sequência a essa perspectiva governamental, o Governo Dilma pautou-se em dar sequência às ações desenvolvidas pelo seu partido nas gestões anteriores. Dessa forma, verifica-se que, no vídeo de 2015, o texto final se preocupa em inserir o governo como um sujeito agente da forma verbal “democratizou”, atribuindo a ele a corresponsabilidade pela criação de tais ações, uma vez que foi durante o governo do mesmo partido da presidente Dilma que as referidas políticas e programas foram criados e instaurados.

Por sua vez, diferentemente do que acontece no vídeo exibido em 2015, a redação final do vídeo de 2018 não inclui o governo como coparticipante da emergência dessas ações e opta pela utilização do verbo no imperativo “perca” e dos pronomes “você” e “seu”, que, apesar de serem sintaticamente considerados de terceira pessoa, falam com a segunda pessoa do discurso (o destinatário), relegando, assim, exclusivamente a essa segunda pessoa a responsabilidade

pelos caminhos a serem por ela percorridos e pela realização das atitudes que serão tomadas daquele momento em diante.

### Os textos e suas relações com a dêixis

O trabalho com a dêixis possibilita a construção de uma proximidade entre o enunciador e seu destinatário, ressaltando que dêixis, neste trabalho, não diz respeito à relação de locais ou datas em que os enunciados foram efetivamente proferidos, mas sim ao espaço e tempo construído por cada discurso em função do próprio universo em que se insere. Tal relação, segundo Maingueneau (2005), legitima uma instância de enunciação e delimita a cronologia e a cena em que aquela enunciação é autorizada.

Dessa forma, o destinatário da propaganda governamental de 2015 é construído como pertencente a um grupo de jovens que obteve êxito no ENEM e, a partir de então, tem todas as portas abertas para as ações adjacentes que tal aprovação poderia proporcionar.

A imagem da propaganda se dirige, então, a um destinatário especificamente pertencente a um grupo: jovens aprovados no ENEM e, pelas feições a serem observadas na Figura 4, jovens que prosseguirão em seus estudos sem empecilhos, pois, tal como veiculado na propaganda, eles terão subsídios do governo para fazê-lo.

**Figura 4** - Realização dos jovens sobre as “portas abertas” para o acesso ao Ensino Superior



Fonte: Fonte: vídeo divulgado, em 2015, com aval do Ministério da Educação<sup>13</sup>

Além disso, a dêixis também traz a ideia de proximidade espacial e temporal entre os grupos que compartilhariam o momento em que se produz o texto.

No texto da música construída para a propaganda:

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5HNqSJZeKU>. Acesso em: 20 mai 2018.

*A faculdade é bacana, mas você tá sem grana. Com as bolsas do Pró-Uni, você garante o diploma. [...] Com o Sisu, Pró-Uni, Fies, Sisutec, Ciência sem Fronteiras e o sistema de cotas, o Governo Federal democratizou o acesso à educação no Brasil. Acesse o site do MEC e informe-se.*

A característica dupla produzida por uma simulação de interações entre aqueles que participam da cena de corpo presente (os jovens da propaganda) e aqueles que dela participam de corpo ausente (os jovens que possivelmente ingressarão no ensino superior) pode ser observada por meio do pronome de tratamento “você”, dos imperativos “acesse” e “informe” e da proximidade proporcionada pelo uso da linguagem coloquial “tá sem grana”. Todos esses recursos possuem, em seu campo de significação, a propriedade de apontar para o momento e para o lugar da enunciação.

Ademais, a maneira como se inicia o texto da canção redigida para a propaganda se apresenta numa relação de hiponímia com a percepção mais ampla sobre o contexto em que se encontram os atores e o público-alvo que se deseja atingir, sendo ambos jovens que, aprovados no ENEM, agora se encontram num caminho cheio de oportunidades a serem seguidas.

Em outras palavras, o discurso *Tô bem, tô zen, entrei pra faculdade com o ENEM*, num contexto em que se almeja uma proximidade entre os interlocutores da cena, confere uma informalidade ao registro do texto, o que objetiva também passar a imagem de uma interação de corpo presente entre os atores e o grupo para quem a propaganda foi produzida.

Assim, é comum a utilização da primeira pessoa, que, apesar de, na propaganda ter sido usada no singular (em *tô bem, tô zen* e em *esse futuro já é meu também*) garante a imagem da interação e apresenta caráter dêitico, pois contribui para construir uma ideia de que enunciador e destinatário compartilham da mesma cena, trazendo, nesse caso, a inferência de que o futuro em questão não é só do ator, mas também daquele para quem a propaganda se dirige.

Traçando um comparativo entre a propaganda pós-ENEM de 2015, com o Brasil ainda governado pela Presidente Dilma Rousseff, e a de 2018, com Michel Temer já tendo assumido o governo após o *impeachment* da presidente, a proximidade a ser estabelecida entre o enunciador e o destinatário continua a se configurar com a utilização da primeira pessoa, tal como se observa em *Aqui eu tenho mais chance de conseguir uma vaga em uma universidade pública*. Novamente o *eu* presente na cena aponta para aquele de corpo ausente na cena e se aproxima dele numa relação de inferência, trazendo a ideia de que, na verdade, agora *nós* (o enunciador e o destinatário) *temos mais chances de conseguir uma vaga na universidade*.

Por outro lado, a proximidade estabelecida por portas abertas na propaganda de 2015 é substituída pela inserção de um *check* nas opções disponibilizadas pelo governo após a

aprovação dos jovens no ENEM. Observa-se que, em 2015, a peça midiática trazia seis portas abertas para o jovem aprovado no ENEM (Figura 2), enquanto, em 2018, a propaganda conta apenas com três cenas correspondentes às opções em que tais jovens podem inserir o *check* que melhor se encaixa ao seu perfil, tal como se observa na Figura 3.

Assim, observa-se, no último vídeo, que essa proximidade com o destinatário tende à opção pela ocultação de portas, seja pelo próprio encerramento do programa, tal como ocorreu com o Programa Ciência sem Fronteiras em 2017, seja pela preferência por não informar, sobretudo, a importância dessas ações à população-alvo do discurso.

### **Considerações finais**

O presente artigo intencionou analisar, sob a égide de alguns pressupostos do campo da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), duas peças midiáticas produzidas pelo Ministério da Educação que convocam jovens, no momento pós-ENEM, a ingressarem em instituições públicas ou privadas de Ensino Superior por meio dos diferentes programas e políticas públicas proporcionados pelo Governo Federal.

Para tal, objetivou-se evidenciar a composição da situação de enunciação e analisar como o discurso presente nos objetos midiáticos produzidos pelo próprio governo, no lapso temporal compreendido pelos mandatos presidenciais da presidente Dilma Rousseff e do atual presidente da República, Michel Temer, se encontra em consonância ou em dissonância com o que se intenta viabilizar com a proposição dessas ações.

O *corpus* selecionado para análise partiu do entendimento de que, nos textos, os elementos verbais e não-verbais se entrecruzam na produção de sentidos e vão além da simples persuasão do sujeito/leitor/candidato a pleitear a vaga na instituição de Ensino Superior, alcançando, em seu modo de funcionamento, a disseminação de ideologias históricas e socialmente marcadas.

Para desenvolver a análise, utilizou-se do respaldo teórico da Análise do Discurso de orientação francesa, a qual busca compreender como os textos significam, por meio do exame das condições de produção dos discursos e a partir da relação que pode ser estabelecida entre sujeito(s), a língua e a história. Para essa teoria da interpretação, o sujeito está sempre produzindo sentidos pelo discurso, cuja forma material é a língua.

Para as teorias discursivas, o sentido não equivale apenas ao que o sujeito ou anunciante quis dizer, ou disse, mas ao que não foi dito, silenciado. Nesse sentido, “o não dito” atua como

elemento produtor de sentidos (ORLANDI, 2001). Destarte, pode-se dizer que o sentido é um efeito de sentido. Além disso, um enunciado pode apontar para sentidos diversos, dependendo da história de leitura do texto e também do sujeito-leitor.

É possível, pois, depreender, a partir da análise realizada, que as ações desencadeadas nas duas peças publicitárias permitiram a reflexão de que tanto a construção do vídeo de 2015 quanto a do vídeo de 2018 optaram por tentar estabelecer uma proximidade com seu destinatário por meio de elementos verbais e não-verbais, na medida em que se utilizam registros informais da Língua Portuguesa e imagens comuns do cotidiano dos jovens para representar o acerto e o sucesso, demonstrando uma situação de conforto, uma vez que, após a realização do ENEM, o interdiscurso presente nas peças revela que existe um leque de opções disponíveis a eles para o acesso ao Ensino Superior.

Além disso, observou-se também que, na peça de 2015, em elementos verbais integrantes do final de cada vídeo, o Governo Federal se coloca como coparticipante e agente das ações que ampliam a inserção de candidatos diversos ao Ensino Superior; revelando, assim, o contexto histórico em que tal vídeo foi produzido, qual seja o mandato da Presidente Dilma Rousseff, que, sendo de mesmo partido político de seu antecessor, tal como este, se coloca como responsável pela criação e implantação de tais políticas.

Por outro lado, o vídeo divulgado em 2018 apresenta diferentes aspectos historicamente demarcados pela condição de ruptura governamental do atual Presidente da República em relação aos seus antecessores. Tais aspectos são visibilizados por meio primeiramente da limitação de opções apresentadas aos candidatos nesse vídeo em comparação com a peça anteriormente analisada, demonstrando uma opção pela ocultação de possibilidades ou o encerramento de políticas implantadas pelos governos anteriores.

Em seguida, foi possível também perceber, em elementos verbais apresentados no final do vídeo de 2018, que, ao contrário do que acontece no vídeo de 2015, o governo não se insere como coparticipante da criação ou implementação das Políticas de Ação Afirmativa e, pelo contrário, se isenta de tal responsabilidade, relegando, assim, somente aos jovens o compromisso de se engajar ou não em tais políticas e ratificando dissonâncias no engajamento governamental em ações já em andamento, na medida em que, tal como Pilatos, *lava suas mãos*.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Portaria n. 438, de 28 de maio de 1998.** Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0178-0181\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Lei n.11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Portaria n. 2, de 26 de janeiro de 2010.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Portaria n. 807, de 18 de junho de 2010.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/legislacao/2010/portaria807\\_180610.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2010/portaria807_180610.pdf). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Portaria normativa n. 21, de 05 de novembro de 2012.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portariaN9.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

**BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm). Acesso em: 08 jun. 2018.

**BRASIL. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).** Disponível em: [https://enem.inep.gov.br/#/crono?\\_k=7pvspg](https://enem.inep.gov.br/#/crono?_k=7pvspg). Acesso em: 12 jun. 2018a.

**BRASIL. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).** Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>. Acessado em: Acesso em: 12 jun. 2018b.

**BRASIL. Portal do Ministério da Educação (MEC).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>. Acesso em: 12 jun. de 2018c.

**BRASIL. Programa Universidade para todos (Prouni).** Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2018d.

**BRASIL. Resumo técnico 2015.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos1>. Acesso em: 11 jun. de 2018e.

**BRASIL. Sistema de Seleção Unificada (SISU).** Disponível em: <http://www.sisu.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2018f.

CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

FERES JÚNIOR, J. Comparando justificações das Políticas de Ação Afirmativa: EUA e Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 29, n. 1-3, p. 63-84, 2007. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/30/joao\\_feres\\_30.pdf](http://www.achegas.net/numero/30/joao_feres_30.pdf). Acesso em: 16 jun.2018.

GOMES, J. B. B. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, S. A. dos (org.). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes\\_afirm\\_combate\\_racismo\\_americas.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf). Acesso em: 02 jun. 2018.

GREGOLIN, M. R. V. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 155-168, 2007.

IBGE. **Censo da Educação Superior de 2010**. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2010/divulgacao\\_censo\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos** (trad. Sírio Possenti). Curitiba, PR: Criar Edições, 2005.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ROCHA, S. Educação de qualidade e democrática: um direito de todos. In: FONSECA, A. e FAGNANI, E. (org.). **Políticas sociais, cidadania e desenvolvimento: educação, seguridade social, pobreza, política urbana e demografia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, (Vol.2), pp. 29-63. 2013.

### Como citar este artigo:

CARMO, Gerson Tavares do; MANHÃES, Elane Kreile; CARA, Gláucio Roberto Bernardo de. Propagandas governamentais: uma análise do discurso midiático para acesso ao ensino superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 1049-1065, jul./set., 2019. e-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14i3.11814

**Data de Submissão:** 11/10/2018

**Revisões requeridas:** 04/12/2018

**Aceite em:** 30/04/2018

**Publicado em:** 23/03/2019